
***Via Brasil MT 320
Concessionária de
Rodovias S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

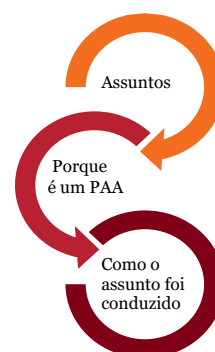
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ativo de intangível - Capitalização de gastos - Notas 2.4.3 e 11 Os valores registrados como ativo intangível referem-se aos gastos incorridos na infraestrutura em construção, nos termos da interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Consideramos a capitalização de gastos no ativo intangível de concessão como um dos principais assuntos de auditoria uma vez que essas capitalizações podem representar custos não qualificáveis de acordo com as normas contábeis ou que não representem obras efetivamente realizadas de acordo com o contrato de concessão.	 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos no processo, a avaliação dos critérios adotados pela administração para a identificação, elegibilidade e registros dos gastos capitalizados. Com base em testes amostrais, confrontamos as adições efetuadas com as respectivas documentações suportes, avaliando também, a natureza e a aplicabilidade dos gastos em obras no contrato de concessão. Adicionalmente, efetuamos a leitura das divulgações realizadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos



Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 24 de março de 2023

A handwritten signature in black ink that reads 'PricewaterhouseCoopers' in a cursive script.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Os Administradores da Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil MT320”, “Concessionária” ou “Companhia”) apresentam para vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Resultado Abrangente.

As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

Via Brasil MT-320

No ano de 2022 foi concluído o segundo ciclo de Operação Comercial da Concessionária, que teve início em 29/10/2020. A principal entrega da Concessionária para o período, de acordo com o Programa de Exploração Rodoviário – PER, era a recuperação de 10% do trecho concedido o que corresponde a 18,8 quilômetros de rodovias além da recuperação proporcional dos dispositivos de drenagem, sinalização e segurança rodoviária.

A Companhia cumpriu e superou a meta estabelecida no PER e entregou 22,6km pavimento recuperados incluindo, proporcionalmente, os serviços correlatos de drenagem, sinalização e dispositivos de segurança rodoviária.

A receita da concessão previa a arrecadação de eixos suspensos, o que sofreu proibição com a publicação pelo Governo Federal da Medida Provisória n. 833/2018, que em 24.08.2018 foi convertida na Lei Nº 13.711/2018, que alterou o artigo 17 da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para prever a isenção, em todo o território nacional, da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos de transporte de cargas que circulavam vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais, inclusive as concedidas.

A Companhia obteve uma quantidade de 908.619 eixos equivalentes suspensos desde o início do período de arrecadação totalizando R\$ 8.306 até dezembro de 2022.

Desde a promulgação da referida Lei, vem tratando com o Poder Concedente, Agência Reguladora e Verificador Independente sobre medidas para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a respeito das perdas decorrentes de Fato do Príncipe, se baseando nos mesmos moldes, na jurisprudência do aditivo já assinado entre Poder Concedente e Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S.A. em 2021, que restabeleceu o reequilíbrio total do contrato.

SETOR DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Presente na modernização da malha rodoviária

Num país de dimensões continentais como o Brasil, a infraestrutura de transportes está na base do desenvolvimento e requer montantes significativos de investimentos para assegurar a qualidade, a segurança e a competitividade da malha rodoviária. Segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), 61% do volume de cargas e 95% dos passageiros transportados no país trafegam por rodovias, confirmando a relevância das estradas para a população e para a economia. A participação do setor privado, por meio de concessões, vem incrementando a construção, a conservação e a exploração de rodovias em todo o território nacional.

PERFIL DA COMPANHIA

A Via Brasil MT 320 foi constituída para exploração da concessão das rodovias MT 320 e MT 208 no estado de Mato Grosso, formada por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços, que se uniram para atuar como operadores de serviços públicos concessionados.

Em fevereiro de 2018, o Consórcio Via Brasil participou de licitação na modalidade leilão realizado na Bolsa de Valores B3 (antiga BM&F) pelo Governo do Estado do Mato Grosso, por meio do Programa de Parcerias com o Setor Privado para Investimentos na Logística do Mato Grosso.

O Consórcio sagrou-se vencedor do trecho de 188 km das Rodovias MT-320 e MT-208, entre os municípios de Nova Santa Helena - MT e Alta Floresta - MT, tornando-se responsável pela conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação comercial da rodovia, de acordo com o contrato de concessão com duração de 30 anos.

A concessão é considerada uma via estratégica para o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, em especial na ligação das cidades da região norte com a BR-163, principal rodovia do Estado.

O trecho sob concessão da MT-320 se inicia no município de Nova Santa Helena, no entroncamento com a BR-163, e segue passando pelos municípios de Colíder, Nova Canaã do Norte até a MT-208 em Carlinda. A concessão se estende pela MT-208 de Carlinda até Alta Floresta.

A rodovia, na assunção da concessão, encontrava-se bastante deteriorada, com diversos trechos apresentando defeitos significativos de pavimento, que dificultavam o trânsito. Em decorrência disso, a principal motivação do Poder Concedente para concessão à iniciativa privada foi a recuperação do pavimento e seu programa de manutenção ao longo dos 30 anos, de modo a reduzir os gargalos de escoamento da produção agropecuária e trânsito de moradores das cidades da região norte do Estado.

Além da baixa qualidade do pavimento, as MTs 208 e 320 apresentam falta de acostamentos e dispositivos de segurança, implicando no aumento do risco de acidentes.

A partir da assinatura do Contrato de Concessão em maio de 2019, os principais investimentos iniciais da concessão definidos no Programa de Exploração Rodoviário (PER), foram:

- Imediata recuperação do pavimento e dos dispositivos de segurança (sinalização vertical, sinalização horizontal e conservação da faixa de domínio), como condição para liberação do pedágio; e
- Implantação das praças de pedágio.

Após os investimentos iniciais, concluídos em 2020, o PER definiu prazo de até 8 (oito) anos para recuperação completa dos 188 km de pavimento, com solução definitiva, e incremento das condições operacionais através da execução de acostamentos, trechos de 3ª faixa, interseções, vias marginais e duplicações em segmentos específicos.

Com os investimentos realizados em 2021 foram recuperados 22,6 km de pavimento em trecho compreendido entre os municípios de Colíder e Nova Canaã do Norte. Considerando os investimentos já realizados e a realizar, a Via Brasil MT 320 vai beneficiar mais de 7.000 veículos que transitam por dia nas rodovias, mais de 100.000 habitantes dos municípios ligados pela rodovia, além de populações de cidades vizinhas que utilizarão a concessão.

São mais de 120 empregos diretos e cerca de 600 empregos indiretos gerados na operação durante os 30 anos de concessão, além de empregos gerados nas fases de investimentos e obras.

A Companhia investiu R\$ 105.547 até o encerramento do exercício de 2022, sendo R\$ 6.420 de outorga e despesas pré-operacionais e R\$ 99.127 em recuperação do pavimento, implantação de 3 praças de pedágio, sinalização e segurança.





Em 2022 entrou em vigor o 3º reajuste contratual da tarifa de pedágio levando a tarifa dos R\$ 9,40 vigentes à época, aos atuais R\$ 10,10 que ficarão vigentes até outubro de 2023.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

DESEMPENHO FINANCEIRO

O valor da tarifa foi reajustado em outubro de 2022 pelo IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, a tarifa de pedágio encerrou em R\$ 10,10 (dez reais e dez centavos).

Receitas

Nos meses de Outubro e Novembro a companhia sofreu uma queda da sua receita em média de 12% em consequência das paralisações ocorridas no período pelos caminhoneiros, sendo essa de cunho político. O entanto no montante ao final do exercício de 2022 a companhia obteve um crescimento de aproximadamente 20% em sua receita em comparação ao exercício de 2021.

	2022	2021
<i>Receita de arrecadação de Pedágio</i>	49.652	41.490

Custos

Os custos apresentados no período findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 40.498 e em 2021 de R\$ 34.819 desconsiderando as receitas de construção, a qual teve um aumento significativo, sendo R\$ 27.370 no exercício findo em 2022 e R\$ 6.909 em 2021, o que contribui para o resultado negativo para o ano de 2022.

Prejuízo do exercício

O Prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5.148 e em 2021 de R\$ 16.987. Este resultado é consequência dos gastos e atividades que se deram a partir no exercício de 2022.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Audidores Independentes

Em atendimento à determinação o art. 17 da Instrução CVM 162/2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período de 2019 a 2022.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		22.173	37.432	Circulante		12.217	9.950
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.848	34.420	Fornecedores	13	4.923	4.268
Clientes	4	2.622	1.944	Debêntures a pagar	14	3.891	3.559
Créditos tributários	5	2.041	351	Passivo de Arrendamento	12.2	1.534	1.125
Adiantamentos	6	363	521	Salários e encargos sociais a pagar	15	678	496
Partes Relacionadas		22	-	Encargos tributários a pagar	16	1.011	384
Outros ativos circulantes	8	277	196	Impostos e contribuições parcelados	17	130	118
				Adiantamentos de terceiros		48	-
				Demais contas a pagar		2	-
Não circulante		134.655	118.347	Não circulante		136.863	132.933
Títulos e Valores Mobiliários	9	57.156	51.381	Debêntures a pagar	14	133.508	128.101
				Passivo de Arrendamento	12.2	2.913	4.291
Imobilizado	10	592	562	Impostos e contribuições parcelados	17	191	290
Intangível	11	73.164	61.377	Partes relacionadas		4	4
Direito de Uso	12.1	3.743	5.027	Provisão para contingências	18	247	247
				Patrimônio líquido		7.748	12.896
				Capital social	19.1	45.000	45.000
				Prejuízos acumulados		(37.252)	(32.104)
Total do ativo		156.828	155.779	Total do passivo e patrimônio líquido		156.828	155.779

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	20	72.643	44.810
Custos dos serviços prestados	21	(67.868)	(41.728)
Lucro (prejuízo) bruto		4.775	3.082
Receitas (despesas) operacionais		(1.794)	(5.824)
Despesas gerais e administrativas	22	(1.841)	(5.357)
Despesas comerciais		(25)	(38)
Outras Receitas/Despesas	23	72	(429)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		2.981	(2.742)
Resultado financeiro	24	(8.129)	(14.245)
Despesas financeiras		(18.910)	(16.975)
Receitas financeiras		10.781	2.730
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(5.148)	(16.987)
Imposto de renda e contribuição social Corrente		-	-
Prejuízo do exercício		(5.148)	(16.987)
Prejuízo básico e diluído por ação - em reais	28	(0,1144)	(0,3775)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(5.148)	(16.987)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(5.148)</u>	<u>(16.987)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		45.000	(15.117)	29.883
Prejuízo do exercício			(16.987)	(16.987)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		45.000	(32.104)	12.896
Prejuízo do exercício		-	(5.148)	(5.148)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		45.000	(37.252)	7.748

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(5.148)	(16.987)
Atividades operacionais		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais		
Depreciação e amortização do intangível e direito de uso	16.830	16.638
Juros apropriados sobre fornecedores	-	378
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	17.358	13.869
Amortização do custo de captação	742	1.670
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	309	642
Juros sobre títulos de valores mobiliários	(6.333)	-
Juros apropriados sobre parcelamentos	38	21
Baixa do passivo de arrendamentos	-	(481)
Provisão para perdas com adiantamentos	-	183
Provisão para contingências	-	247
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas à receber	(678)	(457)
Demais contas a receber e adiantamentos	56	598
Impostos a recuperar	(1.691)	(318)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	803	(302)
Encargos tributários a pagar	626	(24)
Salários e encargos sociais a pagar	183	209
Impostos e contribuições parcelados	(124)	(227)
Demais contas a pagar	(99)	(182)
	22.872	15.477
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamentos	(440)	(642)
Pagamento de juros sobre debêntures	(9.058)	(6.611)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	558	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.932	8.224
Atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(27.363)	(7.300)
Aquisição de títulos	-	(51.376)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	(27.363)	(58.676)
Atividades de financiamento		
Terceiros		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	135.000
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.303)	(40.000)
Custo de captação	-	(11.501)
Pagamento do passivo de arrendamentos	(838)	(922)
Acionistas		
Empréstimos obtido (pago) de partes relacionadas	-	(4)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(4.141)	82.573
Aumento líquido nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	(17.572)	32.121
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.420	2.299
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.848	34.420

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia ou Concessionária”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de dezembro de 2018, com sede em Cuiabá- MT.

Tem por objetivo social único e exclusivo a atuação como concessionária dos trechos das rodovias MT 320 e MT 208 com extensão de 188,20 km entre os municípios de Nova Santa Helena e Alta Floresta, mediante cobrança de pedágio e prestação dos serviços de conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação, objeto do processo de licitação do Edital de Licitação nº 01/2018 da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística – SINFRA/MT.

A concessão será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Estado do Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R\$ 6.747. Com a concessão, as rodovias já receberam em investimentos iniciais de R\$ 78.323.

Em 22 de abril de 2020, a Companhia aprovou a 2ª (segunda) emissão de 40.000 debêntures simples, de colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais). Com essa segunda emissão, liquidou na totalidade a 1ª emissão.

Em 7 de junho de 2021, a Companhia aprovou a 3ª (terceira) emissão de 135.000 debêntures simples, de colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais). Com essa terceira emissão, resgatou na totalidade a 2ª emissão. As debêntures foram liquidadas em 22 de julho de 2021.

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia da Covid-19 e a Administração não identificou necessidade de revisão das demonstrações financeiras, por temas relacionados com os riscos da Covid-19 para o exercício de 2019, bem como não foram necessários ajustes nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

A Companhia identificou impactos reduzidos em função da Covid-19 em sua concessão, especificamente reduções pontuais de tráfego e atraso nas obras dos “Trabalhos Iniciais” por conta da pandemia, com postergação do início do pedágio de maio para outubro de 2020.

1.1. Planos da Administração

A Companhia realizou todos os investimentos, conforme previsão do Contrato de Concessão, para que as rodovias tivessem condições de trafegabilidade e segurança ao final do exercício de 2019 e durante o exercício 2020, cumprindo as condições contratuais estipuladas para permitir o início da cobrança do pedágio, que se iniciou em 29 de outubro de 2020.

Foram incluídos nos serviços iniciais a implantação de três praças de pedágio e adequação do pavimento para garantir condições trafegabilidade e segurança previstas em edital e normas técnicas. Com a conclusão dos serviços iniciais, a Concessionária foi habilitada a iniciar a cobrança de pedágios.

Com a 3ª (terceira) emissão de debêntures realizadas em junho de 2021 e com o início da cobrança de pedágios em outubro de 2020 a Companhia conseguiu cumprir com todas as obrigações de curto prazo durante o exercício de 2021 e durante o exercício de 2022.

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 24 de março de 2023.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impairment de ativos não financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no período dessas demonstrações financeiras.

2.4.1. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação dos mesmos, qual seja, na passagem dos veículos pelas praças de pedágios. As receitas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes, abatimentos e descontos. Eventuais valores de meios de pagamentos com prazo entre a utilização da rodovia e o recebimento financeiro são reconhecidos como contas a receber de clientes.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. As despesas com estruturação e acompanhamento de dívida são reconhecidas também como despesa financeira. A administração da Companhia entende que todos os custos que advêm da emissão das dívidas de longo prazo, responsáveis pela sustentação do plano de negócios, são parte do custo de captação, devendo ser tratadas como despesas financeiras.

Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, no qual a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

2.4.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Esses instrumentos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados ao custo amortizado.

2.4.3. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber das operadoras de sistemas de passagem automáticas pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes.
- **Créditos tributários:** Os créditos tributários correspondem aos valores retidos de impostos dos serviços prestados de fornecedores no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais, na demonstração dos resultados.

- **Intangível:**

A Companhia detém contrato de concessão para exploração rodoviária mediante cobrança de pedágio firmado com o poder concedente.

O intangível registra os custos fixos da outorga da concessão e os investimentos rodoviários vinculados ao Contrato de Concessão. Quanto a outorga variável, que é sobre a receita bruta da arrecadação dos pedágios, a Companhia registra a medida que reconhece a receita, ou seja, apropria diretamente no resultado como dedutível da receita reconhecendo o passivo a pagar ao poder concedente, que é pago trimestralmente, considerando a premissa do item 28 do OCPC 05.

A Companhia reconhece o ativo intangível à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados linearmente de acordo com o prazo do Contrato de Concessão nos casos de estruturas prediais, pontes, contornos, ou pela vida útil econômica dos bens, nos casos de recapeamentos e dispositivos de segurança (sinalização vertical, horizontal), ou seja, a amortização dos ativos intangíveis leva em consideração a vida útil do ativo ou prazo de concessão, dos dois prazos o menor. O Contrato de Concessão não permite a obtenção de indenização de eventual saldo contábil não amortizado ao término da concessão.

- **Impairment de ativos financeiros de longo prazo:**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.4.4. Passivo circulante e não circulante

- **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
- **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia optou pelo regime de apuração do lucro real para o exercício de 2021, assim como foi para o exercício de 2020.
- **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada disponível durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.5. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura e dos custos de outorga de concessão, ampliação e reforços como ativo operacional da Companhia.
- b) **Determinação das receitas de construção:** A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.
- c) **Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) do seu ativo intangível, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4.3. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.

2.4. Mudanças em políticas contábeis

2.5.1 Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não houve impactos na adoção das normas adotadas pela Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor, assim como as descritas acima que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e saldos em conta corrente bancária	62	413
Aplicações financeiras de alta liquidez (a)	<u>16.786</u>	<u>34.007</u>
	<u>16.848</u>	<u>34.420</u>

- (a) As aplicações financeiras, de modalidade de fundo de renda fixa, são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração média das aplicações financeiras supera a 110% do CDI, contra 100% do CDI em 31 de dezembro de 2021. Em decorrência da equalização dos fluxos de caixa da Companhia, a administração decidiu por aplicar o saldo de caixa em aplicações financeiras de curto prazo.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Clientes

Refere-se aos valores a receber de pedágios cobrados através de operadoras de sistemas de arrecadação:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Clientes - Operadoras do Sistema de Arrecadação	2.622	1.944
	<u>2.622</u>	<u>1.944</u>

O prazo médio de recebimentos das operadoras do sistema de arrecadação é de 28 dias. Até o encerramento do balanço não tínhamos expectativas de perdas de créditos de liquidação duvidosa, assim como não havia nenhum título vencido.

A Companhia acredita que não terá nenhum impacto relacionado à pandemia da Covid-19 no recebimento das operadoras de serviços, uma vez que está previsto em contrato, que na falta de repasse para a concessionária os serviços serão suspensos.

5. Créditos tributários

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRRF a recuperar de rendimentos de aplicação financeira	2.041	351
	<u>2.041</u>	<u>351</u>

6. Adiantamentos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Conseng Engenharia Ltda	-	186
Consortio FPMT 320 (a)	257	1.323
FLJ Empreendimentos Imobiliários Eireli (a)	3.960	-
PJJ Malucelli Arquitetura Ltda (a)	2.420	-
Outros fornecedores (a)	183	-
Demais fornecedores	363	335
(-) Provisão para perdas - Consórcio FPMT 320 (a)	(6.820)	(1.323)
	<u>363</u>	<u>521</u>

(a) A administração decidiu constituir a provisão para perdas em virtude de estar em litígio extrajudicial com o prestador de serviços dos trabalhos iniciais Consórcio FPMT 320, pelo entendimento que este valor deveria ser devolvido a concessionária, uma vez que os valores foram adiantados e as obras não foram entregues. Dentre os valores provisionados os prestadores FLJ e PJJ eram os líderes do Consórcio FPMT.

7. Partes relacionadas

7.1. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia contratou o Centro de Serviços Administrativos Compartilhados de sua acionista Conasa para realizar todos os serviços financeiros e contábeis, além de outros serviços administrativos. A Companhia mantém o saldo a pagar de R\$ 34 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 30 em 2021), e totalizou o montante de R\$ 402 de despesas de serviços administrativos durante o exercício de 2022 (R\$ 360 em 2021).

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2. Remuneração dos administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2022, totalizaram R\$ 948 (R\$ 792 em 2021).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

7.3. Serviços de controle de operação compartilhados com Via Brasil MT-100.

A Via Brasil MT-320 compartilha o centro de controle de operações, juntamente com a coligada Via Brasil MT-100, onde todas as despesas administrativas são rateadas e reembolsadas no mês seguinte. Para o exercício de 2022 foram pagas R\$ 480 (R\$ 3.748 em 2021). Em 31 de dezembro de 2022 havia o montante de R\$ 40 (R\$ 429 em 2021) à serem reembolsados pela Companhia para a Via Brasil MT 100. No início de 2022 os valores foram revisados e ajustados de acordo com a utilização de fato dos serviços operacionais.

8. Outros ativos circulantes

<u>Despesas antecipadas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Seguro Garantia	277	196
	<u>277</u>	<u>196</u>

Refere-se a seguros contratados para garantia de execução de obras de investimentos, além do seguro de execução do contrato de concessão e que estão sendo amortizados pelo prazo de um ano com renovações anuais, como está previsto no contrato de concessão.

9. Títulos de valores mobiliários

9.1. Composição

<u>Aplicações financeiras de longo prazo</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cotas de Capital em instituição financeira	6	6
Fundos de renda fixa - Conta Reserva Debêntures (a)	57.150	51.375
	<u>57.156</u>	<u>51.381</u>

9.2. Movimentação

Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	<u>51.381</u>
(+) Atualização de juros sobre saldo devedor	6.333
(-) IRRF sobre aplicações financeiras	(558)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	<u>57.156</u>

- a) O valor de aplicação financeira em fundos de renda fixa refere-se a conta reserva para garantia dos investimentos durante os exercícios de 2023 a 2026. Este valor advém da 3ª emissão de debêntures. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração média das aplicações financeiras supera a 100% do CDI.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

10.1. Composição

Imobilizado	Taxa de Amortização Média	2022			2021
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	151	(31)	120	122
Máquinas e equipamentos	10%	178	(15)	163	97
Veículos	20%	149	(30)	119	149
Computadores e periféricos	20%	299	(109)	190	194
Ferramentas	20%	-	-	-	-
		777	(185)	592	562

10.2. Movimentação

Imobilizado	Saldo em 31/12/2021			Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2022	
Móveis e utensílios	122	12	(14)			120	
Máquinas e equipamentos	97	75	(11)			161	
Veículos	149	-	(30)			119	
Computadores e periféricos	194	51	(53)			192	
	562	138	(108)			592	

Imobilizado	Saldo em 31/12/2020			Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2021	
Móveis e utensílios	128	9	(15)			122	
Máquinas e equipamentos	-	103	(6)			97	
Veículos	-	149	-			149	
Computadores e periféricos	149	80	(35)			194	
	277	341	(56)			562	

11. Intangível

11.1. Composição

Contrato de Concessão	Taxa de Amortização Média	2022			2021
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Investimento em Rodovias	2,75%	56.399	(3.715)	52.684	31.466
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação (*)	35,39%	42.674	(28.165)	14.509	23.709
Outorgas / Outras	2,75%	6.420	(488)	5.932	6.157
Software	20,00%	55	(16)	39	45
Total do Contrato de Concessão		105.548	(32.384)	73.164	61.377

(*) Os investimentos em rodovias denominados trabalhos iniciais são os investimentos realizados para deixar a rodovia em condições de trafegabilidade antes do início da arrecadação de pedágios, onde foram aprovados pelo poder concedente.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Movimentação

	Saldo em			Saldo em
	31/12/2021	Adições	Amortização	31/12/2021
Contrato de Concessão				
Investimento em Rodovias	31.466	23.547	(2.329)	52.684
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação	23.709	3.674	(12.874)	14.509
Outorgas / Outras	6.157	-	(225)	5.932
Software	45	4	(10)	39
Total do Contrato de Concessão	61.377	27.225	(15.438)	73.164

	Saldo em			Saldo em
	31/12/2020	Adições	Amortização	31/12/2021
Contrato de Concessão				
Investimento em Rodovias	31.897	809	(1.240)	31.466
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação	30.959	6.100	(13.350)	23.709
Outorgas / Outras	6.382	-	(225)	6.157
Software	-	50	(5)	45
Total do Contrato de Concessão	69.238	6.959	(14.820)	61.377

11.3. Descrição de Concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços públicos para conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação do trecho rodoviário estadual do Lote 02 – Alta Floresta, compreendendo os trechos da MT 320 e MT 208 – Extensão 188,20 km. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos.

11.4. Amortizações

A amortização será realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão ou prazo de vida útil do respectivo investimento, caso inferior ao prazo de concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma linear, considerando a data de finalização da concessão ou a vida útil do ativo, dos dois o menor. O início da amortização se deu a partir do momento que a Companhia começou a ter receitas de pedágio.

11.5 Serviços de construção

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	27.370	6.909
Custo de construção	(27.370)	(6.909)
	-	-

11.6. Teste de impairment do intangível

Por conta do atraso na finalização das obras que fez com a Companhia apresentasse prejuízo bruto no exercício, a administração elaborou o teste de impairment do ativo intangível considerando como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final do contrato de concessão, além do reajuste tarifário (IPCA), avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 11,11% a.a. para descontar os fluxos de caixa. Se houvesse uma variação de 10% desfavorável nas principais

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

premissas incluídas no teste (reajuste tarifário e taxa de desconto), com todas as alterações consideradas isoladamente, não resultaria em um valor recuperável menor que o valor contábil.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, não houve a necessidade de realizar um teste de impairment.

12. Direito de uso e passivo de arrendamentos

Refere-se ao contrato de locação do software do sistema comercial das praças de pedágios que se iniciou em outubro de 2020 com prazo de 60 meses. Foram registrados conforme CPC 06 (R2).

12.1 Direito de uso

		31/12/2022		31/12/2021	
	Taxa Amortização Média Anual	Custo	Amortização acumulada	Direito de uso líquido	Direito de uso líquido
Direito de uso - Sistema de Arrecadação	20,00%	6.417	(2.674)	3.743	5.027
		<u>6.417</u>	<u>(2.674)</u>	<u>3.743</u>	<u>5.027</u>

12.1.1 Síntese da movimentação do direito de uso

	2022			Saldo em
	Custo	Amortização do período	Baixas	31/12/2021
Custo				
Sistema de Arrecadação de pedágios	5.027	(1.284)	-	3.743
	<u>5.027</u>	<u>(1.284)</u>	<u>-</u>	<u>3.743</u>

	2021			
	Custo	Amortização do período	Baixas	Total
Custo				
Sistema de Arrecadação de pedágios	6.789	(1.275)	(487)	5.027
	<u>6.789</u>	<u>(1.275)</u>	<u>(487)</u>	<u>5.027</u>

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 Passivo de arrendamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Passivos de arrendamentos	2.091	1.706
(-) Juros sobre passivos de arrendamentos	(557)	(581)
Total do passivo circulante	1.534	1.125
Passivo não circulante		
Passivos de arrendamentos	3.269	5.117
(-) Juros sobre passivos de arrendamentos	(356)	(826)
Total do passivo não circulante	2.913	4.291
Total de passivo de arrendamentos	4.447	5.416

12.2.1 Movimentação

	Saldo em 31/12/2021	Juros e Ajuste a valor presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos dos juros	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Sistema de Arrecadação de pedágios	5.416	309	(838)	(440)	-	4.447
	5.416	309	(838)	(440)	-	4.447

	Saldo em 31/12/2020	Juros e Ajuste a valor presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos dos juros	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Sistema de Arrecadação de pedágios	6.819	642	(922)	(642)	(481)	5.416
	6.819	642	(922)	(642)	(481)	5.416

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

O saldo do passivo, relacionado a fornecedores, está dividido em contratos de obras de concessão na execução de obras que foram realizados referente aos trabalhos iniciais, e outros fornecedores de serviços.

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - Contratos a realizar (*)		
MT Sul Construções Ltda	2.361	2.361
	2.361	2.361
Fornecedores		
ASC Obras de terraplanagem Ltda	103	-
Conseng Engenharia Ltda	-	148
SINFRA - Secretaria de infraestrutura do Mato Grosso	803	347
AGER - Agencia Estadual de Regulação de Serviços	227	282
Outros fornecedores	1.355	671
	2.488	1.448
Fornecedores Partes relacionads		
Via Brasil MT 100	40	429
Conasa Infraestrutura S/A.	34	30
	74	459
	4.923	4.268

(*) A Companhia mantém um litígio com o fornecedor, o qual acredita que será finalizado durante o exercício de 2023, uma vez que a MT 320 já obteve decisão favorável em primeira instância.

14. Debêntures a pagar

14.1 Composição

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	31/12/2022		31/12/2021	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures - 3ª emissão	dez/36	6,2% + IPCA	3.891	133.508	3.559	128.101
			3.891	133.508	3.559	128.101

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2 Movimentação das debêntures

Saldo em 31/12/2021	131.660
Captações	-
(-) Pagamento do principal	(3.303)
(-) Pagamento dos Juros	(9.058)
Provisão de Juros	17.358
Saldo da dívida sem custo de captação em 31/12/2022	136.657
Custo Captação (b)	-
(+) Amortização do custo captação (b)	742
Saldo da dívida deduzido custo de captação em 31/12/2022	137.399
Saldo em 31/12/2020	39.233
Captações	135.000
(-) Pagamento do principal	(40.000)
(-) Pagamento dos Juros	(6.611)
Provisão de Juros	13.869
Saldo da dívida sem custo de captação em 31/12/2021	141.491
Custo Captação (b)	(11.501)
(+) Amortização do custo captação (b)	1.670
Saldo da dívida deduzido custo de captação em 31/12/2021	131.660

(a) O valor refere-se à aquisição das debêntures de 1ª emissão pelos os acionistas na proporção de sua participação societária, com o posterior cancelamento da mesma, com a finalidade de integralização de capital social, conforme instrumento particular de compra e venda.

(b) O custo de captação refere-se as despesas antecipadas incorridas na emissão das debêntures que será amortizada durante o período de liquidação da dívida, conforme CPC 08 (R1).

14.3 Vencimento das parcelas das debêntures (principal e encargos)

<u>Ano de Vencimento</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2022	3.891	3.559
2023	6.165	5.190
2024	6.165	6.131
2025	6.165	6.131
Após 2025	115.013	110.649
Total	137.399	131.660

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.4 Segunda emissão de debêntures

Em 22 de abril de 2020, através da assembleia geral extraordinária, a Companhia aprovou a 2ª (segunda) emissão de 40.000 debêntures simples, com oferta pública distribuída com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com juros remuneratórios iniciais de 100% da DI mais 5,00%, sendo acrescidos semestralmente em 0,50%, com vigência de 4 (quatro) anos, e seriam amortizados semestralmente a partir de sua emissão, tendo seu vencimento final em 25 de abril de 2024, onde poderia ser pré-quitada com financiamento de longo prazo. Esta segunda emissão foi resgatada em 22 de julho de 2021 com a liquidação da 3ª emissão de debêntures.

14.5 Terceira emissão de debêntures

Em 7 de junho de 2021, através da assembleia geral extraordinária, a Companhia aprovou a 3ª (terceira) emissão de 135.000 debêntures simples, com oferta pública distribuída com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com juros remuneratórios de 6,20%, sendo atualizados mensalmente pelo IPCA, com vigência de 15 (quinze) anos, e serão amortizados semestralmente a partir de sua emissão, tendo seu vencimento final em 15 de dezembro de 2036, podendo ser pré-quitada com financiamento de longo prazo.

14.6 Garantias

As debêntures foram emitidas com garantia real com garantia adicional fidejussória dos tipos: Alienação Fiduciária de ações, Fidejussória, Cessão Fiduciária de recebíveis e Cessão Fiduciária de contas.

14.7 Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de redução do capital social; (iv) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários, entre outros. Há *covenants* financeiros de descumprimento, pela Emissora de índices financeiros, os quais serão apurados anualmente, a partir do exercício de 2022, com base nas demonstrações financeiras da Emissora no encerramento de cada exercício social, sendo: não atingimento da Emissora do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) nas seguintes hipóteses: (a) em qualquer medição, se inferior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos), ou (b) em 2 (duas) medições consecutivas ou 3 (três) medições alternadas o ICSD seja superior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos) e inferior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos). A Companhia cumpriu todas as cláusulas relacionadas ao *covenants* no encerramento do exercício de 2022, encerrando com o índice ICSD em 1,58.

15. Salários e encargos sociais a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos sociais	354	268
Férias e encargos sociais	324	225
Outros valores a pagar de pessoal	-	3
	678	496

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Encargos tributários a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS a Recolher	123	104
PIS a Recolher	26	23
ISS a Recolher	204	173
IRRF s/Serv. Terceiros a Recolher	11	4
PIS/COFINS/CSLL Retido na Fonte	34	11
ISS Retido na Fonte	378	35
INSS Retido na Fonte	235	34
	1.011	384

17. Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Parcelamento de INSS	34	30
Parcelamentos de demais débitos - PGFN	81	74
Parcelamento de impostos retidos	15	14
	130	118
Não circulante		
Parcelamento de INSS	13	42
Parcelamentos de demais débitos - PGFN	156	215
Parcelamento de impostos retidos	22	33
	191	290

18. Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza cível e trabalhista, e nenhuma de natureza tributária.

18.6. Processos com probabilidade de perda provável

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram reconhecidas provisões de perda provável no valor de R\$ 247, sendo apenas as ações de natureza cível. A Companhia não possui processos de probabilidade de perdas prováveis de natureza trabalhista e tributária.

18.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possíveis, e para as quais nenhuma provisão foi reconhecida. Estes valores são avaliados e atualizados em uma periodicidade trimestral. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$ 48 (2021 – R\$ 0) apenas em processos trabalhista e nenhum outro processo com probabilidade de perda possível de natureza civil e tributária.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio Líquido

19.6. Capital social

O capital social inicial subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de 45.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 45.000. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Número de ações	%	Capital Integralizado	Número de ações	%	Capital Integralizado
Conasa Infraestrutura S.A.	23.400.000	52,00%	23.400.000	18.000.000	40,00%	18.000.000
Cld Construtora, Lacos Detetores E Eletronica Ltda	11.700.000	26,00%	11.700.000	11.700.000	26,00%	11.700.000
Zetta Infraestrutura E Participacoes S.A.	-	0,00%	-	5.559.000	12,35%	5.670.000
Construtora Rocha Cavalcante	5.512.500	12,25%	5.512.500	5.466.250	12,15%	5.512.500
Fbs Construcao Civil E Pavimentacao S.A.	2.362.500	5,25%	2.362.500	3.056.250	6,79%	2.362.500
M4 Investimentos e Participações Ltda	1.125.000	2,50%	900.000	755.000	1,68%	1.125.000
Construtora Ibérica Ltda	900.000	2,00%	1.125.000	463.500	1,03%	630.000
	45.000.000	100,00%	45.000.000	45.000.000	100,0%	45.000.000

Em 22 de maio de 2021, a acionista líder da Companhia, Conasa Infraestrutura S.A. firmou memorando de entendimento para incorporação da participação da outra acionista Zetta Infraestrutura S.A., adquirindo seu percentual na totalidade. Todo o processo de aquisição das ações se concluiu em 16 dezembro de 2021, e a partir desta data a Conasa Infraestrutura S.A. passou a ser a controladora da Companhia.

20. Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de arrecadação de Pedágio (a)	49.652	41.490
Receita de Construção (b)	27.370	6.909
Devoluções e Cancelamentos de Serviços	(82)	-
Impostos e contribuições sobre receita	(4.297)	(3.589)
Receita operacional líquida	72.643	44.810

- (a) As receitas de pedágio se iniciaram em 29 de outubro de 2020 e estão distribuídas em 3 (três) praças de pedágios, com tarifa básica de R\$ 8,60 por eixo equivalente.

O valor da tarifa foi reajustado em outubro de 2021 pelo IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, a tarifa de pedágio encerrou em R\$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos).

- (b) A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Custos dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Custos dos serviços prestados		
Custos com materiais e insumos na operação	(5.492)	(2.515)
Mão de obra na operação	(6.411)	(4.111)
Custos com serviços de terceiros na operação	(11.884)	(11.867)
Amortização do Intangível e direito de uso	(16.711)	(16.326)
Custos de construção	(27.370)	(6.909)
	<u>(67.868)</u>	<u>(41.728)</u>

22. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com centro administrativo	(950)	(4.106)
Honorários de auditoria e consultoria	(334)	(821)
Viagens, estadias e refeições	(135)	(64)
Depreciação e amortização	(118)	(55)
Impostos, taxas e contribuições	(234)	(200)
Outras despesas administrativas	(70)	(111)
	<u>(1.841)</u>	<u>(5.357)</u>

23. Outras receitas (despesas)

	31/12/2022	31/12/2021
Outras despesas operacionais		
Multas sobre atraso de tributos	(1)	(11)
Provisão para perdas com adiantamentos (a)	-	(183)
Provisão para contingências	-	(247)
Outras despesas operacionais	-	(1)
	<u>(1)</u>	<u>(442)</u>
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais	73	13
	<u>73</u>	<u>13</u>
Total líquido	<u>72</u>	<u>(429)</u>

(a) Em 2021, refere-se à complemento da constituição da provisão para perdas em virtude de a Companhia estar em litígio extrajudicial com o prestador de serviços dos trabalhos iniciais Consórcio FPMT 320 pela não realização dos trabalhos em sua totalidade.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
Juros sobre atualização de debêntures	(17.358)	(13.869)
Juros sobre pagamento de fornecedores	(6)	(378)
Juros sobre parcelamentos	(38)	(21)
Juros sobre arrendamento mercantil	(440)	(477)
Tarifas e despesas bancárias	(118)	(106)
Custo de captação sobre empréstimos	(742)	(1.670)
Custo financeiro de estruturação de dívida	(148)	(454)
Outras despesas financeiras	(60)	-
	(18.910)	(16.975)
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicação financeira	4.447	2.648
Juros sobre títulos de valores mobiliários	6.333	
Descontos obtidos	-	66
Outras receitas financeiras	1	16
	10.781	2.730
Resultado Financeiro	(8.129)	(14.245)

25. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 43.757 (R\$ 39.900 em 31 dezembro de 2021), que resultariam em um saldo de Imposto de renda e Contribuição social diferidos nos montantes de R\$ 10.939 e R\$ 3.938, respectivamente (R\$ 9.975 e R\$ 3.951 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente).

A administração avaliou suas projeções de lucros tributáveis futuros e pretende reconhecer este ativo dentro dos próximos exercícios, a partir do momento que for provável que a Companhia irá iniciar a geração de lucros tributáveis, a fim de utilizá-los para compensação destes tributos com lucros futuros.

Conforme a legislação fiscal, o prejuízo fiscal e a base negativa de Contribuição Social não prescrevem. Entretanto, em períodos com lucros fiscais, somente 30% do lucro pode ser compensado com prejuízos fiscais de anos anteriores.

26. Instrumentos financeiros

26.6. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.7. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Mesmo levando em consideração o atual cenário da COVID-19, o valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do exercício, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados a seguir:

		31/12/2022	31/12/2021
		Valor	Valor
	Categoria	contábil	contábil
Ativo financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	16.848	34.420
Contas a receber	Custo amortizado	2.622	1.944
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	57.156	51.381
Partes Relacionadas	Custo amortizado	22	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	4.923	4.268
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	4.447	5.416
Debêntures a pagar	Custo amortizado	137.399	131.660
Partes Relacionadas	Custo amortizado	4	0

26.8. Categoria fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

27. Risco de mercado

(a) **Risco de taxa de juros:** A Companhia não tem risco de variação de taxa de juros relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras do contrato de concessão e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da concessionária. Logo abaixo a demonstração da sensibilidade demonstrando o cenário provável e dois cenários de risco de elevação da taxa, sendo o primeiro com acréscimo de 25% e o segundo com 50%.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações	Risco	Saldo em 31/12/2022	Cenário Provável	Projeção de mercado	
				Cenário I	Cenário II
Ativo financeiro					
Caixa e Equivalentes de caixa	Redução CDI	16.848	17.823	21.060	25.272
Contas a Receber	Redução CDI	2.622	2.774	3.278	3.933
Títulos de valores mobiliários	Redução CDI	57.156	60.465	71.445	85.734
Passivo financeiro					
Debêntures a pagar	Aumento do IPCA	137.399	145.354	171.749	206.099
Passivo de Arrendamentos	Aumento do IPCA	4.447	4.704	5.559	6.671
Exposição líquida		(65.220)	(68.996)	(81.525)	(97.830)
Efeito líquido - Perda			(3.776)	(16.305)	(32.610)

(b) **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não realiza operações cambiais.

(c) **Risco de crédito:** A Companhia não possui risco de créditos pois não contém em seu grupo do contas a receber, perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no encerramento do exercício, até o início de cobrança de pedágio.

(d) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e plano de investimento da concessão. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

(e) Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2022	31/12/2021
A - Total de empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento	141.846	137.076
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	16.848	34.420
C - (-) Títulos de valores mobiliários	57.156	51.381
D = (A - B - C) - Dívida líquida	67.842	51.275
E = Total do patrimônio líquido	7.748	12.896
F = (D + E) - Capital total	75.590	64.171
D/F = Índice de alavancagem financeira	89,7%	79,9%

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(5.148)	(16.987)
Média ponderada de ações em circulação	45.000.000	45.000.000
Resultado por ações - básico - R\$	(0,1144)	(0,3775)

	31/12/2022	31/12/2021
Quantidade de ações	Avos	Avos
45.000.000	12	12
Média ponderada de ações	45.000.000	45.000.000
Prejuízo básico por ações (em reais)	(0,1144)	(0,3775)

Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

29. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, respeitando também as obrigações Contratuais que permitem a preservação do Contrato de Concessão.

As apólices de seguro adquiridas pela Companhia no exercício de 2022 garantem a execução do Contrato de Concessão, Responsabilidade Civil, Riscos de Engenharia e Operacionais. As apólices de seguro foram adquiridas junto a seguradoras de primeira linha, autorizadas a funcionar no País pela Superintendência de Seguros Privados – SUPEP assim como estão autorizadas a comercializar as respectivas apólices. Todas as apólices foram previamente submetidas ao escrutínio do Poder Concedente visando garantir o atendimento das condições contratuais e regulatórias.

A seguir estão demonstrados os limites máximos de indenizações contratados junto às seguintes companhias seguradoras: (i) Junto Seguros pela estruturação da Garantia de Execução do Contrato, (ii) Sompo Seguros pela estruturação dos seguros de Riscos de Engenharia do tipo “todos os riscos” e do seguro de Responsabilidade Civil, e estruturação dos Riscos Patrimoniais e Operacionais.

29.6. Garantia de execução do contrato

O valor da apólice de garantia de execução do contrato foi estabelecido tendo como base de cálculo o valor estipulado no contrato de concessão (cláusula 7), correspondente a 2,00% (dois por cento) do valor da receita bruta prevista para o primeiro ano de operação da Rodovia MT 320, ou até o limite equivalente a R\$ 37.767.043,90 (trinta e sete milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa centavos), com início em 04/06/2021 e término em 20/08/2022.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.7. Riscos de engenharia do tipo “todos os riscos”

O valor da apólice do seguro de Responsabilidade civil, é no valor total de R\$ 75.820.000,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e vinte mil reais) com início em 12/04/2021 e término em 20/08/2022.

RISCOS DE ENGENHARIA	
Cobertura básica	75.820
Despesas extraordinárias	15.000
Despesas de desentulho	15.000
Tumultos	15.000
Erros de projetos para obras civis	75.820
Danos físicos a outra propriedade	1.000
Equipamentos, móveis e estacionários utilizados na obra	3.750
Salvamento e contenção de sinistros	53.040

RESPONDABILIDADE CIVIL	
Responsabilidade civil para empresas concessionárias	5.000
Responsabilidade civil de rodovias, pontes e túneis	5.000
Responsabilidade civil pelo empregador	5.000
Erros de projetos	5.000
Poluição, contaminação e/ou vazamentos súbitos	5.000
Danos causados por fundações ou serviços correlatos	5.000

29.8. Riscos operacionais

O valor da apólice dos riscos operacionais, é no valor total de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e de lucros cessantes de R\$ 5.547, com início em 04/06/2021 e término em 20/08/2022.

RISCOS OPERACIONAIS	
Cobertura básica - Danos materiais	10.000
Lucros cessantes (perda da receita)	5.547
Pequenas obras civis em construção e montagem	5.000
Tumultos, vandalismos e atos dolosos	1.000
Equipamentos eletrônicos	1.000
Roubo de bens (exceto valores)	1.000
Danos elétricos	1.000
Vendaval	1.000
Vidros, espelhos, mármore e granitos	1.000
Alagamento e inundação	1.000
Erros e omissões	1.000
Despesas de contenção de sinistros	1.000
Roubo de valores para rodovias (exclusivo cabines)	18
Recuperação de encostas e taludes	500

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Compromissos vinculados ao contrato de concessão (não auditado)

A Companhia investiu R\$ 105.547 até o encerramento do exercício de 2022, sendo R\$ 6.420 de outorga e despesas pré-operacionais e R\$ 99.127 em recuperação do pavimento, implantação de 3 praças de pedágio, sinalização e segurança para garantir a trafegabilidade da rodovia.

Os compromissos de investimento projetados para 2023 a 2048 são de R\$ 105.036, sendo R\$ 93.984 de investimentos em infraestrutura e R\$ 11.606 em máquinas, equipamentos e veículos.

João Garcia Couri Neto

Diretor Presidente e Administrativo/Financeiro

Isaac do Nascimento

Contador CRC-PR043806/0-1